


INCLUSÃO DE ALUNOS COM ESQUIZOFRENIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-376>

Data de submissão: 23/11/2024

Data de publicação: 23/12/2024

Weider Silva Pinheiro

Doutor em Business Administration (D.B.A.)
LOGOS University International
Miami, Florida, Estados Unidos
E-mail: weider@cartoriobruno.not.br

Evelyn Aida Tonioli Valente

Mestranda em Educação
LOGOS University International
Miami, Florida, Estados Unidos
E-mail: cartoriocaldas3@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo central compreender as complexidades que envolvem o processo de inclusão de alunos com esquizofrenia para além da inserção no contexto educativo, destacando a necessidade de se desenvolver processos formativos em serviço aos professores e profissionais da educação escolar, na intenção de ampliar a promoção, diversificação e adequação de recursos pedagógicos, visando fomentar metodologias e estratégias diferenciadas que possibilitem o desenvolvimento global desses estudantes, considerando suas necessidades e potencialidades. A esquizofrenia é um transtorno mental grave, caracterizado por alterações do pensamento, linguagem, emoções, capacidade de percepções, etc. Portanto, trata-se de uma doença que pode levar ao comprometimento cognitivo, emocional, interacional e comportamental do indivíduo. Foi realizada uma revisão bibliográfica do tipo descritiva, aplicada e qualitativa. Tendo várias contribuições de autores científicos, dentre eles: Arroyo (2014); Costa (2022) e Gadelha, Nardi e Silva (2021). A pesquisa contribuiu com novas perspectivas e evidenciou a importância de compreender as necessidades e as capacidades de alunos com esquizofrenia, para colocar em prática as adaptações, estratégias e abordagens de ensino na sala de aula.

Palavras-chave: Alunos. Esquizofrenia. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A escola tem uma função essencial na vida do estudante, um papel importante para seu desenvolvimento cultural, social e cognitivo, sendo indispensável para sua formação como cidadão. É preciso reconhecer a importância de compreender as múltiplas formas da diversidade presentes no cotidiano escolar, buscando a superação das inferioridades estabelecidas socialmente. Neste sentido, evidenciar a desigualdade e valorizar a diversidade como possibilidade de construir práticas pedagógicas acolhedoras dos diferentes alunos que constituem a escola pública em nosso país, representa um dos maiores desafios à educação contemporânea.

Os profissionais da escola básica precisam acompanhar as discussões e estudos atuais sobre a diversidade, educação especial e inclusão, e pensar novas estratégias educativas e concepções de educação que contribuam para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Posto isto, é relevante estarmos atentos para o fato de que o professor, como um sujeito, traz consigo um grande repertório de conhecimentos resultantes não só da sua formação profissional, mas também de suas experiências de vida. São sujeitos ativos, que têm sua forma de aprender e realizar práticas educativas. Os docentes, assim como os alunos, são diversos em suas histórias e vivências e, na contemporaneidade, estão diante do desafio de incluir efetivamente os educandos na escola e inserir elementos da diversidade em suas aulas. O acesso de todos os sujeitos à escola, especialmente a pública, se faz necessário para viabilizar o direito de todos à educação. Legalmente nenhum sujeito pode ter sua matrícula negada, assim as escolas precisam se adequar para receber os indivíduos com as mais diversas especificidades.

É necessário ressaltar que para a inclusão de alunos, com deficiência e outras necessidades específicas, é preciso qualificação da equipe de profissionais escolares e disponibilidade de recursos pedagógicos. Por isso, faz-se necessário esse estudo, pois a inclusão é fundamental na escola, mas, em relação aos alunos com esquizofrenia matriculados nos anos finais do ensino fundamental no nosso país, será que estão sendo incluídos de forma que suas especificidades educacionais, psicossociais e cognitivas estão sendo atendidas pela escola? Os professores estão conseguindo proporcionar o desenvolvimento desses alunos de forma integral?

Sendo assim, surge a seguinte indagação norteadora dessa pesquisa: os profissionais da escola, especialmente os professores, estão qualificados para incluir alunos com esquizofrenia, estimulando e possibilitando seu desenvolvimento cultural, social e cognitivo no âmbito escolar? A escola possui recursos físicos, pedagógicos e de acessibilidade que possam garantir a inclusão desses alunos de maneira satisfatória?

A esquizofrenia é definida, pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como um transtorno mental grave, caracterizado por alterações do pensamento, linguagem, emoções, capacidade de percepções, etc. (OMS, 2022). Portanto, trata-se de uma doença que pode levar ao comprometimento cognitivo, emocional, interacional e comportamental do indivíduo. Por se tratar de uma doença crônica e grave, a OMS considera a esquizofrenia entre as dez maiores causas possíveis de tornar uma pessoa incapaz. A etiologia da esquizofrenia no Brasil é desconhecida, e o diagnóstico é estritamente clínico, sendo feito conforme os numerosos sinais e sintomas apresentados, dentre os quais incluem: sintomas positivos, também denominados de psicóticos; sintomas negativos; sintomas cognitivos e alterações no humor, tornando as pessoas apáticas e depressivas. (Gadelha et al, 2021).

Esse estudo se justifica pelo fato de ser de suma importância que os profissionais da educação, especialmente o professor, tenha seu trabalho voltado à inclusão de todos, disponibilizando ao estudante com esquizofrenia o que for de melhor para sua aprendizagem, pois para que ele aprenda é necessário ser estimulado por seus professores e por todos que de alguma forma participam do processo de ensino.

2 O CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS NO BRASIL

Quando se pensa em educação inclusiva, é preciso considerar que garantir o direito à educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população brasileira é, pois, dever do Estado, conforme expressa a Constituição Federal (1988), classificando-a como um direito social. Este direito social encontra-se sancionado em uma série de documentos nacionais, dentre eles, a Lei de Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

No esforço de atender aos postulados da Declaração de 1990 e, sobretudo, de cumprir o protocolo de intenções, objetivando assegurar o acesso e a permanência de todos na escola, foram desenvolvidos programas e ações, a exemplo da elaboração de uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os discentes. O imperativo “educação para todos” constituiu-se, pois, no discurso oficial, instituído pela própria LDB que, por meio do Art. 87, parágrafo 1º, designou “a década da Educação em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (BRASIL, 1996, p.29).

As ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura- MEC, iniciaram-se no quadro de compromissos assumidos pelo governo e pelos organismos internacionais, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia (1990). Nela foi sancionada a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e Satisfação das Necessidades Básicas de

Aprendizagem, que possui dez artigos, dentre eles, aprimorar todos os aspectos da qualidade da educação e garantir a excelência de todos, de forma a que os resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, principalmente em alfabetização linguística e matemática e na capacitação essencial para a vida, os quais ressaltam o direito de todos à educação básica e os deveres das nações quanto ao cumprimento dessas especificidades. Essa conferência teve desdobramentos por meio de uma agenda comum aos países da América Latina (entre eles o Brasil), estipulando o prazo de dez anos para resolver os problemas educacionais, no cenário mundial.

Com a Declaração de Salamanca (1994), ficou estabelecido que as escolas deveriam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, sociais, linguísticas, étnicas ou culturais. Sendo assim, qualquer criança, independente de origem, deficiência ou nível de desenvolvimento, deve ser matriculada na escola. Destarte, seguido aos preceitos de uma escola em que cada estudante tem a possibilidade de aprender e se desenvolver, a partir de suas aptidões e capacidades, em que o conhecimento se constrói sem resistência ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo, resultando na promoção de alguns estudantes e na marginalização de outros do processo escolar, foi elaborada, no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Na perspectiva histórica, a compreensão de necessidades educativas especiais foi ganhando um enfoque mais interativo, no decorrer das últimas décadas. Entretanto, “até meados de 1930” impulsionava uma concepção determinista do desenvolvimento, sobre a qual se baseava qualquer tipo de atividade. A partir de 1940 e 1950, manifestam-se novas percepções e conceitos de adaptação social e aprendizagens diferenciadas, reforçando as possibilidades de intervenção. Contudo, somente, a partir de 1960, o conceito de necessidades educativas especiais começa a ser empregado, referindo-se especialmente aos problemas de aprendizagem, com caráter relativo e contextual, destacando, pois, à provisão de recursos educativos necessários para estimular as potencialidades dos alunos, diminuir as dificuldades de aprendizagem e um contexto educativo mais integrador possível.

A inclusão de indivíduos com deficiência nas salas comuns favoreceu o desenvolvimento de propostas educacionais, ocasionando em novos processos de desenvolvimento de uma cultura que privilegia a pessoa como sujeito de direitos, independentemente de sua condição física, intelectual e social.

A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial (...). É inegável que, por estarem pautadas para atender a um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto escolar elitista,

meritocrático e homogeneizador, nossas escolas produzem quadros de exclusão que têm injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes. (MANTOAN, 2012).

Indubitavelmente as barreiras existem e precisam ser discutidas em seus diferentes espaços e contextos. Não há dúvida de que os profissionais da educação, particularmente os professores, se sentem inseguros e/ou despreparados para lidar com essa proposta revolucionária. Vale ressaltar que esse é um desafio que exige a conscientização de toda a sociedade sobre a importância de conceber a diversidade como um direito inalienável do sujeito, visto que, garantir o acesso à escola seja apenas o primeiro passo. Além disso, é preciso atender às necessidades específicas de cada aluno, vivenciando os princípios éticos, humanos e sociais de igualdade, previstos em Lei.

2.1 DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS DIAGNOSTICADOS COM ESQUIZOFRENIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

A esquizofrenia não é o preço dos tempos modernos: não é característica das sociedades ocidentais, não provém de um modo de vida contemporâneo, das incessantes intolerâncias, do anonimato da nossa sociedade sem coração. É uma patologia que pode ser encontrada desde os primórdios, em todas as sociedades, em diferentes áreas geográficas ¹.

No decurso da História, a esquizofrenia atraiu a atenção de ilustres nomes da neuropsiquiatria, entre eles o psiquiatra francês Benedict Morel, que instituiu o termo *démence précoce* (demência precoce), com o intuito de descrever um estado de deterioração mental e emocional com início na adolescência. Seguidamente, o psiquiatra alemão Emil Kraepelin formalizou o conceito de Morel como *dementia praecox* ². Atualmente é classificada pela psiquiatria como uma síndrome cujos quadros são apresentados como distorções das características fundamentais do pensamento e da percepção e por afeto desajustado.

A esquizofrenia é considerada, no que diz respeito as doenças mentais, a mais relevante e até mesmo a mais implacável, sendo a que mais sensibiliza e impressiona pela repercussão que tem na pessoa, na sua família e na comunidade. Os sujeitos com esquizofrenia, pelas características próprias da perturbação, principalmente devido aos efeitos debilitantes que ocorrem no curso da doença, pela acerbidade dos sintomas de longa duração e pela natureza específica das necessidades que causa no indivíduo, colocam um desafio peculiar e, por esse motivo, têm merecido uma atenção especial,

¹ Atualmente, apresenta, à escala mundial, uma taxa de prevalência de cerca de 1%, o que equivale a dizer que aproximadamente 70 milhões de pessoas no mundo são afetadas por esta doença, independentemente da etnia ou da classe social (Sadock & Sadock, 2008).

² Contudo, é Bleuler que, em 1911, denomina o conceito *esquizofrenia*, do grego *schizo* (dividir) e *phren* (mente), que significa literalmente “mente dividida”, ou seja, a cisão das funções mentais, destarte, a dissociação entre o pensamento e a realidade (Sadock & Sadock, 2008).

também pelo seu caráter incapacitante que se impõe a pelo menos um terço dos doentes que dela sofrem.

Normalmente caracterizada por um início agudo, de evolução crônica por surtos, o seu percurso não é típico, pois apresenta vários episódios ao longo do tempo e abrange manifestações psicopatológicas variadas que atingem as áreas do pensamento, da percepção, da emoção e do movimento, com a apresentação de todo um grupo de sintomas que levam ao fracionamento da personalidade. O indivíduo com esquizofrenia apresenta geralmente sintomatologia típica variada: ideias delirantes, alucinações, discurso desorganizado e com perda de produção de pensamentos simbólicos e abstratos, tal como da elaboração de respostas emocionais complexas, comportamento marcadamente desorganizado com picos de excentricidade e com tendência a fugir da realidade, ou catatônico, conhecidos por sintomas positivos, que se traduzem num excesso ou distorção de funções normais; e embotamento afetivo (limitações da variedade e da intensidade de expressões emocionais), alogia (restrições da produtividade e fluência do pensamento e do discurso) e avolição (dificuldade na iniciação de um comportamento dirigido com objetivo), que se incluem nos sintomas negativos e refletem uma queda ou perda de funções normais. O sujeito esquizofrênico vivencia “experiências não habituais” que não podem ser vistas como hipérbole ou acréscimos de sentimentos usuais.

A atenção à inclusão de alunos com esquizofrenia constitui um desafio maior, tanto na organização quanto na implementação das ações. Independente da modalidade que se estabeleça, regular ou especial, a escola tem também para estes educandos um valor terapêutico, na medida em que contribui para a reordenação da estrutura perdida do discente. Enquanto lugar que consente um reconhecimento social, produz, também, efeitos no bem-estar pessoal. É com base nesse preceito que se propõe a educação inclusiva, numa proposta interdisciplinar, como viés a possível e necessária articulação entre o educativo e o terapêutico. Para os adolescentes, a receptividade que encontram na escola e da parte de adultos das atividades extracurriculares pode, sem dúvida, proporcionar um apoio extremamente benéfico e satisfatório.

O que se pode perceber, de um modo geral, é que houve um avanço em relação à preocupação com a inclusão de alunos com algum transtorno no desenvolvimento e/ou deficiência, em termos de leis, projetos, decretos e etc. Todavia, a prática educacional ainda precisa ser melhorada, pois ainda hoje a escola muitas vezes se torna um espaço de segregação por não saber como acolher e possibilitar o desenvolvimento desses alunos. É preciso considerar as especificidades que envolvem o processo de aprendizagem e escolarização dos alunos com esquizofrenia, é preciso conhecer e compreender as possibilidades nesse processo, bem como os limites. Quando falamos de inclusão é possível entender que se faz necessário muito cuidado por parte da escola para com os seus alunos, do professor para o

seu aluno. As atenções precisam estar voltadas exclusivamente para os estudantes e suas reais necessidades e especificidades. É preciso rever a prática docente e estar atento para não continuar como legitimadora de um processo de segregação por uma inclusão ilusória, porque,

O louco barra o narcisismo da escola, colocando-a diante do não saber, instaurando a falta, e daí o desejo. A inclusão obriga a escola a se haver com um saber que nada sabe de si, e que por isso se modifica continuamente rompendo com os estereótipos de professor que tudo sabe, e de aluno que tudo deve aprender, num tempo e método previamente estipulado. Isto porque o louco não obedece, de início, à ordem estabelecida [...] nem ao tempo cronológico da aprendizagem: tem lógica própria e suas respostas podem ser ressignificadas, mas nunca avaliadas nos moldes do “toma lá, responde aqui”. (KUPFER, 1998, p. 136).

Portanto, a Educação Inclusiva representa a maior chance para um aluno esquizofrênico, por unir o acolher, compreender, respeitar, amar, tratar e o educar. E quanto mais cedo a criança recebe o tratamento e a educação adequados ao seu desenvolvimento específico, mais chances ela terá em relação à aprendizagem, pois na infância a psicose ainda não está totalmente decidida.

2.2 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atualmente as abordagens dos estudos sobre a diversidade, a diferença e a inclusão contemplam muitos direitos do cidadão brasileiro em busca da igualdade. No campo educacional, os profissionais são “obrigados” a lidar com os sujeitos diversos que cada vez mais estão inseridos em suas salas de aula pela conquista do direito de acesso ao ensino, condição primordial para a igualdade de oportunidades perante a sociedade. Nesse contexto, a educação tem um papel essencial para a compreensão e construção de igualdade social. Assim, as reivindicações dos grupos injustiçados vão muito além do acesso à educação. De acordo com Arroyo (2014, p. 28):

Tanto para a pedagogia escolar como para a educação popular a questão primeira será a recuperação dos agentes da ação educativa: infância, adolescência, juventude e vida adulta, trabalhadores, classes, grupos sociais, étnicos, raciais e, sobretudo, a recuperação dos complexos e tensos processos em que estão imersos para sua sobrevivência e afirmação como humanos, como coletivos sem terra, sem teto, sem saúde, sem escola, sem universidade, sem trabalho, sem espaços de um viver digno e justo.

Em suas lutas, os coletivos injustiçados acreditam ou apostam muito no poder da educação escolar, embora seja preciso reconhecer seus limites, levando em consideração, que nem sempre os envolvidos na escolarização têm possibilidades e compartilham dessa compreensão, estão engajados na mesma perspectiva de ação ou encontram-se em condições de desenvolver essa compreensão de ação educativa. Atualmente, há um destaque cada vez maior aos programas de educação inclusiva, nos quais são oferecidos recursos materiais para as escolas utilizarem com educandos que possuem

deficiência, transtornos e/ou necessidades específicas. Contudo, sabemos que numa vida social ninguém quer passar por exclusões ou ser alvo de preconceitos ³.

A diversidade dos indivíduos, de seus modos de aprendizagem e participação na vida escolar não é uma questão de “modismo” pedagógico, trata-se de uma questão de grande relevância para os que pensam a educação de forma séria, crítica e comprometida com a realidade social.

Numa sociedade democrática todos lutam para conseguirem seus direitos garantidos. Assim sendo, as escolas e os sistemas educacionais precisam se preparar para pensar em inovação e estratégias para novas propostas pedagógicas e currículos que levem em consideração os conhecimentos e saberes dos diversos sujeitos que têm acesso à escola. Neste sentido, Arroyo indaga:

Como pensar currículos, conteúdos e metodologias, formular políticas e planejar programas educativos sem incorporar os estreitos vínculos entre as condições em que os educandos reproduzem suas existências e seus aprendizados humanos? Questões inquietantes (...) que vêm instigando outras práticas educativas, outros conhecimentos e outras relações entre mestres e educandos. (ARROYO, 2014, p. 83).

A escola de hoje precisa dialogar com os sujeitos que estão inseridos na sociedade e buscar elaborar ações pedagógicas que contemplem os anseios dos seus discentes. Historicamente, grupos sociais e organizações internacionais reivindicam, de forma cada vez mais clara e objetiva, seus espaços no currículo escolar. A Declaração de Salamanca (1994), por exemplo, foi um marco para alguns debates na perspectiva da inclusão curricular, pois, entre outros aspectos, este documento confere às escolas o dever de acolher todas as crianças, ao afirmar que

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas, desfavorecidos ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Na atualidade, a inclusão escolar é entendida pela sociedade como um direito. Como resultado, a escola regular acaba sendo impulsionada a atualizar seu currículo devido às exigências que a entrada dos “novos” alunos ocasiona. Hoje o ato de estudar já não é um privilégio de uma classe; na concepção da escola inclusiva, constitui condição primordial para o desenvolvimento do sujeito e da sociedade. A luta principal não é por uma escola especializada, mas por uma escola preparada e acolhedora para

³ Nesse sentido, Heerdt (2003, p. 70), “Evidenciam-se, uma série de desafios, alguns inéditos, que precisam ser assumidos e incorporados na prática docente. A mudança, o novo, o questionamento, o diferente, quase sempre são causa de insegurança e medo. Mas é necessário ousar e enfrentar”. O desafio posto para este texto diz respeito à diversidade, o qual envolve a ruptura de paradigmas historicamente construídos para que a escola possa assumir seu papel inclusivo.

receber a todos. Portanto, o processo educacional será bem mais satisfatório e enriquecedor se todos os educandos tiverem a oportunidade de interagir com colegas com múltiplas características, sejam deficientes ou não.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 MODALIDADE DE PESQUISA

Por ser minuciosa, detalhada e rigorosa, a metodologia da pesquisa é a explicação de toda uma ação desenvolvida no percurso do trabalho de pesquisa científica ⁴.

A pesquisa em questão, é vista como aplicada por buscar gerar conhecimento para a aplicação prática, relacionada diretamente à resolução de problemas que contenham objetivos anteriormente definidos. Para Minayo (2010), a pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais e é desenvolvida para a elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Respondem a uma demanda formulada por atores sociais. Além disso, o mesmo autor defende que esta pesquisa desenvolve atividades em que conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, afim de se obter e confirmar resultados, e se gerar impacto.

O procedimento utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, que é descrita por Lakatos e Marconi (2017) como um tipo específico de produção científica, feita a partir de textos já publicados, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos. Na visão dos autores, este tipo de pesquisa apresenta grande relevância por permitir ao investigador um contato com um amplo acervo informações que se torna, muitas vezes, mais extenso do que aquele que poderia ser investigado diretamente.

Quanto a abordagem foi adotada a pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2010, p. 57), a pesquisa qualitativa:

(...) é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.”

⁴ Segundo Gil (2002, p. 17), a pesquisa científica consiste no “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos”. Em que a construção de conhecimento sobre determinado fenômeno ou situação da realidade pressupõe que se construa uma metodologia que estabeleça os caminhos a serem percorridos.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois foi necessário o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador. Nesse sentido, Trivinões (2011, p. 110), discutindo sobre os estudos descritivos afirma:

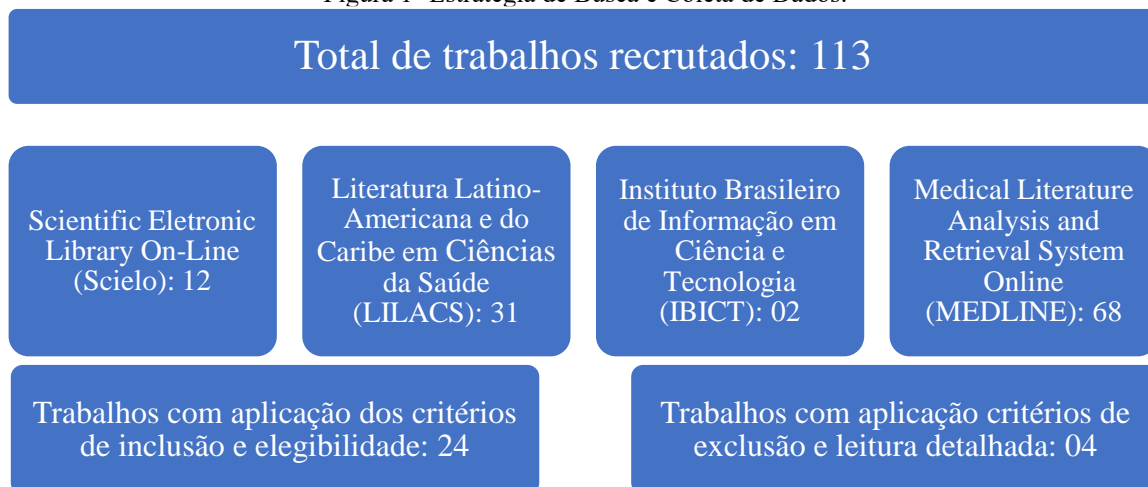
A maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva. O foco essencial desses estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, as reformas curriculares, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente etc. (TRIVINÕES, 2011, p.112)

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O presente estudo se trata de uma revisão bibliográfica do tipo descritiva, aplicada e qualitativa. Tendo como questão norteadora: os profissionais da escola, especialmente os professores, estão qualificados para incluir alunos com esquizofrenia, estimulando e possibilitando seu desenvolvimento cultural, social e cognitivo no âmbito escolar? A escola possui recursos físicos, pedagógicos e de acessibilidade que possam garantir a inclusão desses alunos de maneira satisfatória?

Foi realizado um levantamento documental, ou seja, uma “busca na literatura”, onde foram utilizadas fontes de levantamento bibliográficos nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library On-Line (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foram utilizadas as seguintes palavras chaves/descriptores: “Esquizofrenia”, “Inclusão”, “Aprendizagem”, “Acessibilidade” e “ensino fundamental”. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: indexação nas bases de dados supracitadas, artigos, teses e dissertações disponibilizados na íntegra, no idioma português e publicação entre janeiro de 2015 a julho de 2023. A amostra do estudo foi composta por 113 artigos (figura 1). Com aplicação dos critérios de inclusão e elegibilidade, foi obtido uma amostra final de 24 estudos. Ainda, foram adotados critérios de exclusão: artigos cujo título ou resumo fugiram do objetivo do presente trabalho. Após leitura detalhada, foram escolhidos 04 (quatro) estudos para compor o rol da amostra dessa pesquisa, por terem extrema relevância para a mesma. Todavia, percebe-se que estudos sobre inclusão de alunos com esquizofrenia e /ou escolarização dos mesmos, são bastante escassos, sendo que a maioria trata apenas de tratamento terapêutico em clínicas de reabilitação, tratamento em centros de saúde mental, apoio a família e tratamento farmacológico.

Figura 1- Estratégia de Busca e Coleta de Dados.



Fonte: elaborado pelos autores.

Em seguida, foi realizada a Análise Temática, que é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos. O mínimo que a análise temática proporciona é organizar e descrever conhecimentos e dados existentes em rico detalhe, pois colabora muito para a geração de uma análise interpretativa sobre os dados. Sendo assim, um método flexível, acessível e capaz de apoiar o manejo tanto de grandes como de pequenos bancos de dados de estudos qualitativos.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostragem desse estudo foi composta por 04 (quatro) estudos, escolhidos por atender os objetivos propostos na pesquisa, os quais estão representados no Quadro 1, de acordo com as seguintes variáveis: autor(es), título, tipo de estudo, publicação e ano.

Quadro 1- Apresentação da amostra do estudo

Nº	AUTORES	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	PUBLICAÇÃO	ANO
01	Janayna Mayara Teixeira Póvoas; Juliana Maria dos Santos Silva Maciel	A esquizofrenia na adolescência e seu impacto no contexto escolar	Revisão bibliográfica (monografia).	Coleção Saúde mental e atenção psicossocial (repositório da Faculdade LABORO).	2016
02	Cristiane Sousa de Assis	Inclusão de estudantes com o transtorno da esquizofrenia: um estudo de caso realizado em uma escola municipal do Recife	Estudo de caso (artigo).	IV CINTED – Congresso internacional de Educação Inclusiva	2020
03	Tatiane Mello de Miranda;	Esquizofrenia e o Processo Educacional.	Estudo bibliográfico (artigo).	Livro: A educação em suas dimensões pedagógica,	2020

	Adriane de Lima Vilas Boas Bartz; Cintya Fonseca Luiz.			política, social e cultural 2 – editora Atena.	
04	Augusto Luís dos Santos Costa1; Lyvia Rafaelle Martins Serra Costa; Cícero Wellington Brito Bezerra.	Escolarização e Desafios da Inclusão de Pessoas Portadoras de Esquizofrenia	Artigo de revisão bibliográfica do tipo descritiva, exploratória e retrospectiva.	Mens Agitat - Academia Roraimense de Ciências.	2022

Fonte: elaborado pelos autores.

Dentre os artigos elegidos, é possível perceber que o tipo de pesquisa predominante é o estudo bibliográfico e que todos aludem sobre a escolarização de sujeitos com esquizofrenia, como ocorre a inclusão e, especialmente, acerca das principais dificuldades enfrentadas por esses indivíduos no ambiente educacional. A seguir, no Quadro 2, é possível observar os objetivos e os principais resultados que se referem cada estudo supracitado.

Quadro 2 - Apresentação da amostra do estudo por objetivo e principais resultados.

Nº	OBJETIVOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
01	Identificar as principais dificuldades enfrentadas por adolescentes esquizofrênicos no ambiente escolar e esclarecer o papel social da escola frente estes alunos.	O estudo observou o grande prejuízo de alunos com Esquizofrenia, sendo caracterizado pela grande perda funcional, nos aspectos cognitivos, afetivo e social. Abordou que a doença alcança de uma forma geral, a personalidade do indivíduo e compromete suas funções práticas e psicológicas; dessa forma, o adolescente no ambiente escolar sofre com as barreiras de inclusão, mal posicionamento de ideias e comprometimento na aprendizagem.
02	Expor e refletir sobre a inclusão de estudantes com Deficiência Intelectual com o diagnóstico de transtorno da Esquizofrenia no sistema regular de ensino em uma escola pública municipal de Recife, Pernambuco.	O estudo evidenciou que a instituição de ensino, enquanto espaço de formação humana, enquanto promotora de vivências e experiências, de trocas e interações, é carente continuamente de fomentar o direcionamento e redirecionamento de ações que completam as variedades humanas. Constatou-se, também, que nem todos os profissionais incorporam as complexidades que envolvem o processo de inclusão para além da absorção no contexto educacional, frisando a necessidade de se apresentar processos formativos em serviço aos professores e técnicos envolvidos, com a intenção de ampliar a promoção, diversificação e adequação dos artifícios pedagógicos, fomentando estratégias e metodologias diferenciadas que possam trazer uma melhor intervenção pedagógica possível.
03	Pesquisar as dificuldades de desenvolvimento, de aprendizagem e de relacionamento dos esquizofrênicos diagnosticados na infância, investigando meios para a melhoria do processo educacional,	Foi possível observar que o aluno com esquizofrenia demanda uma série de profissionais capacitados, atuando com criação de programas de aprendizagem focados nas reais necessidades do aluno, sendo realizado em parceria com a família e a escola, podem desenvolver um plano de estudo para a mesma, de forma

	social e integrá-los à sociedade, sem que sejam discriminados, abordando suas reais dificuldades, a fim de buscar melhorias no processo de ensino do adolescente com essa doença.	interdisciplinar, com conteúdos que façam parte de sua vivência, considerando suas dificuldades, limitações e, seus conhecimentos já adquiridos. Entre as metodologias, relatou-se a proposição de metas de aprendizagem e desempenho, incentivando o interesse do aluno, atuando nos sintomas negativos como na avolição.
04	Identificar quais os principais fatores desencadeadores de déficits no desempenho da pessoa com esquizofrenia; abordar alternativas que norteiem o trabalho do professor e identificar como anda a inclusão dessas pessoas em sua escolarização.	O estudo recomenda que a aprendizagem das pessoas com esquizofrenia ocorra por reforço ou recompensa, ou seja, que se estabeleçam metas de aprendizagem, pois instiga o aluno a querer aprender, motivando-o. mostra que a ajuda da família no processo de aceitação e conhecimento da doença é bastante relevante, que quando bem orientadas funcionam como propulsores para que esse feito seja alcançado. E reforça que o enriquecimento das abordagens didáticas em sala de aula, seja aplicada de maneira simples e objetiva.

Fonte: elaborado pelos autores.

O objetivo desse estudo é compreender as complexidades que envolvem o processo de inclusão de alunos com esquizofrenia para além da inserção no contexto educativo, destacando a necessidade de se desenvolver processos formativos em serviço aos professores e profissionais da educação escolar, na intenção de ampliar a promoção, diversificação e adequação de recursos pedagógicos, visando fomentar metodologias e estratégias diferenciadas que possibilitem o desenvolvimento global desses estudantes, considerando suas necessidades e potencialidades. Assim, nesse contexto, após a leitura detalhada e análise cautelosa das pesquisas que compõe a amostra desse estudo, foi possível organizar em duas esferas: os motivos que dificultam o desenvolvimento acadêmico e intervenções que facilitem a inclusão e auxiliem na aprendizagem de alunos com esquizofrenia.

3.3.1 motivos que dificultam o desenvolvimento acadêmico de alunos com esquizofrenia

É importante salientar que muitos alunos esquizofrênicos, quando crianças, primeiramente, são diagnosticadas com um transtorno de conduta, com o passar do tempo acabam recebendo o diagnóstico alterado para esquizofrenia. Conseqüentemente, o profissional, antes de realizar um diagnóstico de esquizofrenia, deve ter a mais clara certeza de seus sintomas, principalmente quando o paciente possui sintomas de transtorno do pensamento.

Vale ressaltar que não existe nenhuma pesquisa na literatura que esclareça um modelo de método padrão de psicoterapia, que seja considerado como certo e eficaz para ser utilizado no tratamento da esquizofrenia de início na infância⁵. Todavia, ações socioeducativas praticadas de forma a melhorar a comunicação, a resolução de problemas e a convivência familiar, têm favorecido uma

⁵ Segundo Tengan e Maia (2004).

redução no número de crises dos pacientes, o que irá refletir também no desempenho educacional dos mesmos.

As características primordiais afetadas pela esquizofrenia, relevantes para o desenvolvimento educacional e para qualidade de vida do paciente, são as características cognitivas e funcionais. Os estudos selecionados para essa pesquisa, elencam uma profusão de alterações perceptíveis desde a fase mórbida, isto é, antes dos primeiros sintomas surgirem, sendo capaz de perdurar por toda a vida, se não houver reabilitação efetiva. Os mesmos constatam que a reabilitação não depende somente de uma equipe multiprofissional, mas de todo um contexto familiar, escolar e pessoal. E elencam como principais déficits cognitivos: a memória, atenção/vigilância, função executiva, solução de problemas e raciocínio, cognição social e velocidade de processamento. Esses déficits são bem explicitados na tabela 2 de Costa; Costa e Bezerra (2022, p. 52-53):

Tabela 2 – Principais déficits cognitivos Défici	Significação
Memória	Pode ser memória de trabalho, visual, auditiva ou verbal, referindo-se à capacidade de recordar informações verbais, visuais e auditivas, e manipular informações para utilização imediata.
Atenção/Vigilância	Capacidade de manter-se focado em algo ou alguma atividade. Dividi-se em: seletividade (manter-se atento a um estímulo e outro concorrente); sustentação (manter-se atento numa única atividade repetida sem perda da qualidade).
Solução de problemas e Raciocínio	Capacidade de solucionar e responder questões que revertam um problema, procurando entender atos e fatos, formulando ideias e elaborando juízos.
Função Executiva	Capacidade de trabalhar com informações, deixar os pensamentos focados e verificar distrações.
Cognição Social	Conjunto de operações mentais que estabelecem relações sociais. Exemplo: interpretação, percepção e respostas a intenções de terceiros.
Velocidade de Processamento	Rapidez em executar tarefas simples que possam demandar o funcionamento de processos executivos.

Fonte: COSTA; COSTA; BEZERRA, 2022

Os autores mostram outros motivos que causam prejuízo significativo no desenvolvimento acadêmico e nas tarefas do cotidiano do indivíduo com esquizofrenia, referem-se ao próprio quadro de sintomas apresentados pela doença, com ênfase para os chamados sintomas negativos, por serem mais resistentes a ação dos medicamentos e estão presentes de maneira sutil, antes da manifestação da doença. Conforme exposto na tabela 3 de Costa; Costa e Bezerra (2022, p.53), são eles: alogia, embotamento afetivo, anedonia, avolição e isolamento social:

Tabela 3 – Principais déficits cognitivos Défici	Significação
Alogia	Pobreza de expressão, redução no acervo do discurso e da fala, escassez da fluência conversacional.

Embotamento afetivo	Diminuição da intensidade e da abrangência de expressões emocionais (entonação da voz, expressão facial, gestos e movimentos corporais).
Avolição	Perda da capacidade em expressar emoções e sentimentos, Indiferença, deficiência na iniciação e manutenção de comportamentos direcionados a objetivos determinados (trabalho, estudo, esportes, atividades cotidianas, higiene pessoal, etc.) especialmente quando requerem esforço. Déficit no desejo de se engajar nesses comportamentos. Relacionada à apatia e à falta de energia.
Anedonia	A antecipação de uma recompensa ou de qualquer outra atividade prazerosa ou recreacional (anedonia antecipatória) é mais marcada e consistentemente prejudicada do que a apreciação da experiência em si (anedonia consumatória).
Isolamento social	Diminuição do interesse, motivação e apreciação de interações sociais com terceiros, como família e amigos. Perda de interesse em relações íntimas (sexuais) independente de problemas somáticos. Em crianças, pode corresponder à perda de interesse em brincar com os outros.

Fonte: COSTA; COSTA; BEZERRA, 2022

É possível perceber que, o montante desses fatores prejudica consideravelmente a realização de tarefas rotineiras e indispensáveis na vida de qualquer ser humano, como fazer compras, pagar contas, andar na rua, pegar um transporte, realizar atividades domésticas, administrar finanças, etc. Conseqüentemente, atingindo relacionamentos interpessoais e/ou a capacidade de mantê-los, especialmente, a autonomia dessas pessoas, uma vez que exprimem necessitar de constante orientação.

Os sujeitos com esquizofrenia distraem-se facilmente, apresentam dificuldades em planejar e produzir algo, em solucionar problemas cujas questões possuem textos com soluções implícitas⁶. Para essas pessoas tudo tem que estar o mais objetivo e claro possível, seja numa atividade acadêmica ou numa simples conversa. O mesmo autor, ainda evidenciou que de fato ocorre um empobrecimento do funcionamento tanto social quanto ocupacional, associado ao grau de manifestação de sintomas negativos, ocasionando numa qualidade de vida inferior. Além disso, o estudo mostrou que a sintomatologia negativa se estabiliza ou aumenta com a passar dos anos, enquanto que, os sintomas positivos (ouvir vozes, delírios, mania de perseguição, etc.) propendem a diminuir, todavia essa diminuição não significa o desaparecimento dos sintomas positivos. Este fato contribui na conclusão de que os sintomas negativos são aspectos primários da esquizofrenia.

Sobre a presença de déficits cognitivos, Pontes e Elkis (2013) corroboram que é difícil fazer uma estimativa precisa do quanto é comum, porém, cerca de 40% a 60% dos indivíduos com esquizofrenia manifestam prejuízo cognitivo. Entretanto, confirmam que os déficits não devem ser

⁶ Como explica Beck (2009).

analisados de maneira isolada, visto que a esquizofrenia possui uma diversidade de fatores, com muitas variações dos sintomas, empobrecimento funcional e pelo próprio curso da doença ⁷.

3.3.2 intervenções que facilitem a inclusão e auxiliem na aprendizagem de alunos com esquizofrenia

Em relação a inclusão de alunos diagnosticados com esquizofrenia, é possível constatar que é algo muito desafiador para todos os atores envolvidos na educação, um fato evidente, pela escassez de trabalhos, artigos e estudos que envolvam o tema, principalmente quando se trata da inclusão destes nos anos finais do ensino fundamental. Dos quatro trabalhos que compõem os resultados dessa pesquisa, um deles mostra o processo de inclusão de um adolescente de 14 anos, só que no 4º ano do ensino fundamental, ou seja, nos anos iniciais, apesar da idade pois o aluno já está com distorção série e idade. Assim, os artigos socializam sobre inclusão escolar na educação básica e um vai além e aborda até o ensino superior.

Independentemente de existirem inúmeras políticas públicas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão de 2015, a Portaria nº 3.284/2003 e o Decreto nº 3.298/1999, que são mecanismos legais utilizados para nortear a incumbência das instituições de ensino básico e superior em oferecer o acesso, a adaptação escolar, bem como mecanismos de acessibilidade e o suporte necessário para a permanência dos alunos com deficiência de modo global.

Segundo Freitas e Baqueiro (2014), os educandos com deficiência, especialmente a deficiência intelectual/mental, convive diariamente com a exclusão. Assim, podemos entender que esse fato é reflexo da falta de informação da sociedade, da falta de ações institucionais que não levam em conta as especificidades do educando, da falta de preparação acadêmica dos docentes, da própria inércia institucional em relação ao que pode ser feito para garantir a educação inclusiva, e assim, saírem do âmbito das políticas públicas e ideais de inclusão, e na prática se iniciem as ações, possibilitando perspectivas de qualidade de vida para os alunos. Como é identificado nos casos de se respaldarem em laudos pelo insucesso do aluno diante da assimilação de um conteúdo, promovendo-o a passar de ano sem aplicar as devidas intervenções e adaptações. Para Fachinetti e Carneiro (2020) isso é um problema que vai aumentando cada vez mais e se enraizando na educação, principalmente nas escolas públicas.

⁷ Já Amorim et al. (2017) contribui ao afirmarem que a avaliação da capacidade funcional sozinha, não é suficiente para explicar a funcionalidade do dia-a-dia, ou seja, deve-se avaliar ainda, fatores pessoais como a atitude e motivação, e os fatores ambientais e culturais (como o ambiente de convívio). Assim, a pessoa com esquizofrenia necessita de um suporte que considere toda a gama e diversidade de problemas, para que ocorra a readaptação, inclusão e/ou reinclusão do esquizofrênico na sociedade.

Precisa-se dar voz a essa população, e especialmente, para as pessoas que sofrem com esquizofrenia, pois além de todos os desafios da doença em si e da superação em ter uma vida dentro do que a sociedade considera “normal”, há várias barreiras entranhadas nesta mesma sociedade, uma delas é o lidar com o preconceito, e aqui citamos o primeiro elemento a ser trabalhado pelas instituições para garantir que a inclusão escolar de alunos com esquizofrenia aconteça, a derrubada de estigmas⁸.

Destarte, é extremamente necessário o planejamento e aplicação de estratégias e intervenções de ensino que mirem no respeito ao indivíduo, entendendo e sabendo lidar com possíveis dificuldades e condutas consideradas inapropriadas (Ferreira, 2011). Entretanto, a falta de informação é o fator mais importante para popularizar os mitos acerca da esquizofrenia, por isso ações formativas para todos os profissionais se fazem necessárias.

A esse respeito, Fideles (2019) corrobora ao enfatizarem sobre a obrigação de criar estratégias para envolver todos os profissionais da instituição de ensino, desde os profissionais de suporte, como também os técnicos administrativos, profissionais da limpeza até ao corpo docente, pois o discente pertence a escola e não somente a um professor.

É preciso compreender que a inclusão escolar além de assumir o papel terapêutico faz como que ela seja para todos os alunos, contribuindo no aprendizado e enfrentamento das dificuldades para o educando com esquizofrenia, como também para incentivar o respeito e cooperativismo para os demais alunos⁹.

No tocante a esse ponto, os estudos demonstraram que para os professores regulares dos componentes curriculares, a inclusão do educando com esquizofrenia é possível, mas é muito obscura no cenário atual. Dias (2017) evidencia que o sentimento dos professores é de frustração, uma vez que alegam a falta de discussão sobre o tema na universidade, durante o seu processo de formação. Muitos relatam não terem sido preparados para o lidar com alunos atípicos. Além da falta de acessibilidade, estrutura e suporte de muitas instituições de ensino, ficando claro o compromisso e vontade desses profissionais em fazer a inclusão acontecer, todavia perdidos diante do processo de ensino e aprendizagem, por não existirem alternativas e recursos disponíveis, bem como políticas públicas de formação continuada e não possuírem ao menos a noção do que seja a doença.

⁸ É necessário potencializar a importância de se combater o estigma contra a doença e, Noto (2012) e Bressan (2012) intensificam isso, ao afirmarem que as pessoas com esquizofrenia enfrentam uma luta com duas vertentes, onde de um lado está o fato de lidar com a incapacidade oriunda da doença e das manifestações de sintomas, e do outro, o lidar com as estereotípias, com preconceitos e discriminação social.

⁹ Ferreira (2011) complementa ao afirmar que a estruturação de uma Instituição de ensino voltada para discentes com necessidades de aprendizagem peculiares, faz-se da carência de profissionais e docentes capacitados para atender e compreender a individualidade de cada estudante, com efeito, torna-se indispensável a presença de uma equipe multiprofissional [...].

Concernente a prática docente, os artigos que compõem a grade de resultados deste estudo, sugerem que a aprendizagem das pessoas com esquizofrenia ocorra por reforço ou recompensa, ou seja, que se estabeleçam metas de possibilidades e aprendizagem. Como já vimos, dentre os diversos fatores que prejudicam a aprendizagem de pessoas diagnosticados com esquizofrenia, destacam-se a desmotivação, a falta de interesse por algo, além da concentração e atenção prejudicadas. Projetar metas com os conteúdos a serem trabalhados e alcançados, como também determinar uma recompensa, instiga o aluno a querer aprender, motivando-o. Tavares *et. al* (2020) ressalta que o uso de materiais concretos como jogos didáticos, auxiliam na melhor compreensão e assimilação do conteúdo pelos alunos com esquizofrenia, citando o jogo de tabuleiro, onde muitos dos discentes que participaram dos jogos atingiram um bom desempenho ¹⁰.

De acordo com Costa (2022) é primordial o uso de aulas práticas, uma vez que elas despertam o interesse e estimulam a curiosidade do aluno, facilitando o entendimento dos conteúdos propostos em sala de aula. Entretanto, é importante que a realização dessas práticas, sejam desenvolvidas com materiais de baixo custo ou materiais não estruturados, trabalhando a sustentabilidade e contextualizando a rotina diária do aluno com os temas a serem estudados. Vale ressaltar, que a utilização desses recursos não só pode, mas devem ser realizados por todos os alunos, pois todos podem revelar algumas dificuldades que podem ser sanadas com a aplicação desses recursos didáticos. Desse modo, com tudo o que já foi mencionado, percebe-se que o trabalho do professor é cheio de desafios e tem exigido cada vez mais especialização e capacitação docente. A adaptação, desconstrução e reconstrução das estratégias de ensino é indispensável no ambiente escolar, principalmente, na sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo faz uma reflexão sobre a compreensão das complexidades que envolvem o processo de inclusão de alunos com esquizofrenia para além da inserção no contexto educativo. Foi possível perceber a grande necessidade de se desenvolver políticas públicas que contemplem processos formativos em serviço dos professores e profissionais da educação escolar, na intenção de ampliar a promoção, diversificação e adequação de recursos pedagógicos, visando fomentar metodologias e estratégias diferenciadas que possibilitem o desenvolvimento global dos alunos com esquizofrenia, considerando suas necessidades e potencialidades. Constatou-se que a inclusão deles

¹⁰ Assim, percebe-se que as intervenções que considerem atividades lúdicas como jogos, brincadeiras, experimentos, acolhimentos, criação de maquetes, uso de softwares em locais onde seja possível, desenhos, atividades que estimulem o raciocínio, a concentração e dinâmicas, contribuem significativamente para o aprendizado do educando com esquizofrenia (Ferreira, 2011).

ainda é um grande desafio, principalmente para os professores, fato esse evidenciado pela escassez de pesquisas e estudos relacionados a tema que sirvam de orientação para os docentes da educação básica, especialmente os dos anos finais do ensino fundamental.

Foi possível compreender a esquizofrenia, principalmente ao nível do impedimento de manifestações pessoais e sociais, como também refletir sobre intervenções e estratégias pedagógicas assertivas a serem desenvolvidas de modo a, mais do que minimizar as privações escolares de um estudante com esquizofrenia, ajudá-lo a sentir-se bem.

É fato que existem dificuldades e desafios para promover reais condições para aprendizagem e escolarização de alunos com esquizofrenia, todavia a inclusão é um direito que precisa ser garantido na prática para que crianças e adolescentes com esquizofrenia, deficiência e transtornos sejam incluídos na rede regular de ensino, com possibilidade de vivenciar os processos que favoreçam a construção de aprendizagens e desenvolvimento humano.

Vale ressaltar a grande relevância da família no processo de aceitação, conhecimento e tratamento da doença, que quando bem orientados funcionam como verdadeira base e propulsores para que a inclusão seja alcançada e o desenvolvimento do aluno aconteça.

Salientamos que o enriquecimento das abordagens e estratégias didáticas em sala de aula, sejam aplicadas de forma simples e objetiva. Pois assim, será possível superar o grande desafio de potencializar o aprendizado do aluno com esquizofrenia. Todavia, no exercício da profissão, desafios virão a todo o momento, sendo extremamente necessário que o professor compreenda a importância do seu papel em favorecer uma educação e uma sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Luciana et al . Perspectivas conceituais e instrumentos para avaliação de funcionalidade em pacientes com esquizofrenia. *Aval. psicol.*, Itatiba , v. 16, n. 4, p. 478-488, out. 2017 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712017000400012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jul. 2023. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2017.1604.13050>.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos diversos repolitizam a educação. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; LEÃO, Geraldo (orgs.). *Quando a diversidade interroga a formação docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 11-36.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação e Sociedade*, vol. 31, n. 113, out-dez., 2010. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/es/v31n/113/17.pdf>. Acesso em: 15/02/2022.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. ARROYO, Miguel Gonzalez. *PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2003/vol3/no1/3.pdf>. Acesso em: 09/02/2022.

ASSIS, Cristiane Sousa De. A inclusão de estudantes com o transtorno da esquizofrenia: um estudo de caso realizado em uma escola municipal do Recife. *Anais IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora*, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72346>>. Acesso em: 18/09/2023.

BECK, Aaron T. *Terapia cognitiva da esquizofrenia*. Porto Alegre: Artmed, 2010. Grupo A, 2010. 9788536322377. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536322377/>. Acesso em: 10/10/ 2023.

BRASIL, Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca - Espanha, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A Escola Comum Inclusiva*. Coleção. Fascículo 01: A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. UFC-MEC/ 2010.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília - 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf> . acesso em: 15/04/2023.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15/02/2022.

BRESSAN, Rodrigo; GROHS, Geder; GADELHA, Ary. Casos de Superação em Esquizofrenia. Porto Alegre: Artmed, 2017. 9788582713693. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582713693/>. Acesso em: 18/04/2023.

COSTA, Augusto Luis dos Santos. Escolarização e Desafios da Inclusão de Pessoas Portadoras de Esquizofrenia. Artigo (Licenciatura em Química) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 32p. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DIAS, Ane Maciel. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (Síndrome de Asperger): uma proposta para o ensino de Química. 2017. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós- Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017

Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/4051/Ane_Maciel_Dias_Disserta%EF%30.pdf;jsessionid=A7CB7EF8E6077F8DE61B0A4EACC712C0?sequence=1. Acesso em: 08/10/2023.

FACHINETTI, Tamiris & Carneiro, Relma. (2020). Inclusão em uma universidade estadual do interior de São Paulo (Inclusion in the university state of the interior of São Paulo). Revista Eletrônica de Educação. 14. 3627098. 10.14244/198271993627.

FERREIRA, Elizângela Fernandes. Esquizofrenia e a intervenção do profissional de Educação Física, 2011 EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, Nº 161, Outubro de 2011. Disponível em <https://efdeportes.com/efd161/esquizofrenia-e-educacao-fisica.htm> acesso em 17 jul. 2023

FIDELES, Fernanda Gomes et al.. O ensino de química e o aprendiz autista. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/61366>>. Acesso em: 18 jun. 20223

FREITAS, Meirielen Aparecida Gomes; BAQUEIRO, Dicíola Figueiredo Andrade. Políticas públicas e as pessoas com deficiência no ensino superior no contexto brasileiro. VIII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, 6 a 8 de dezembro de 2014, Salvador, Brasil: Anais [Recurso Eletrônico- CD] Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. – Salvador, BA, 2014

GADELHA, Ary da; NARDI, Antonio E.; SILVA, Antônio G. Esquizofrenia: teoria e clínica. (Teoria e clínica). Porto Alegre: Artmed: Grupo A, 2021. 9786581335380. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581335380/>. Acesso em: 19/04/2023.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
HEERDT, Mauri Luiz; COPPI. Paulo de. Como Educar Hoje? reflexões e propostas para uma educação integral. São Paulo : Mundo e Missão, 2003. p. 34,69,70.

KUPFER, M.C.M. É possível uma psicopatologia fundamental na infância? Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v.1, n. 4, p. 101-110. São Paulo: USP, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 8ª. Ed. São Paulo: Atlas Editora, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, 2012.

MANTOAN, M. T. Maria Tereza Eglér. Caminhos pedagógicos da Inclusão. São Paulo: Scipione, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. A integração de pessoas com deficiência. Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: MEMNON – SENAC, 1997.

MINAYO, M.C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12ª edição, São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MONTEIRO, S. A. de S. et al. A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural: Esquizofrenia e o processo educacional. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/30233>. Acesso em: 16/09/2023.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: Currículo, Conhecimento e Cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

NOTO, Cristiano de S. Esquizofrenia: Avanços no Tratamento Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2012. 9788536327815. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536327815/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. www.paho.org, 2022. Transtornos mentais. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais#:~:text=A%20esquizofrenia%20%C3%A9%20um%20transtorno,do%20E2%80%9Ce%20E2%80%9D%20e%20comportamento>. Acesso em: 18/04/2023.

Organização Mundial da Saúde. Classificação dos Transtornos Mentais e do Comportamento da CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PONTES, Livia Maria M.; ELKIS, Hélio. Treinamento de Atenção e Memória na Esquizofrenia. São Paulo – SP: Armazém editora, 2013. 9788565852333. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565852333/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PÓVOAS, Janaynna Mayara Teixeira; MACIEL, Juliana Maria dos Santos Silva. A esquizofrenia na adolescência e seu impacto no contexto escolar. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1689>. Acesso em: 02/10/2023.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. Concise Textbook of Child and Adolescent Psychiatry. California: LWW, 2008.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TAVARES, Gillberto Thiago Pereira et al.. Trabalhado a esquizofrenia na utilização de jogos como ferramenta pedagógica. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/69608>. Acesso em: 18 de jun de 2023.

TENGAN, S. K.; MAIA, A. K. Psicoses funcionais na infância e adolescência. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, abr. 2004. Suplemento.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, 1º edição, São Paulo, Atlas. 2011.

VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988.